

BVIA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

(antiga BVIA - BV Investimentos Alternativos e Gestão de Recursos S.A.)

CNPJ 12.770.190/0001-05

Alameda Tocantins, nº 75, 13º andar, Sala 1.306, Edifício West Gate - Alphaville - CEP 06455-020 - Barueri - (SP) - Brasil

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações contábeis da BVIA Negócios e Participações S.A. ("BVIA" ou "Companhia") relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das respectivas notas explicativas.
A BVIA Negócios e Participações S.A. (Companhia, Entidade ou Instituição) é uma companhia de capital fechado que, tem como objetivo social, a realização de atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, relacionados com a indústria automobilística, execução de atividades de representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores no atacado e no varejo, prestação de serviços de intermediação de seguros, organização, promoção e realização de feiras e eventos, além da participação em outras sociedades nacionais ou estrangeiras, como sócia, cotista ou

acionista, também em fundos de investimentos, regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, bem como investimentos em softwares e sua exploração comercial. Em 06 de novembro de 2023, foi aprovada a alteração da denominação social de BVIA - BV Investimentos Alternativos Negócios e Participações S.A. para BVIA Negócios e Participações S.A..
As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro (Conglomerado Econômico-Financeiro Votorantim), inclusive em relação ao gerenciamento de riscos. As Demonstrações Contábeis, bem como Relatórios Gerencias do Conglomerado estão disponíveis no website <https://ri.bv.com.br/>.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a BVIA registrou receitas de serviços no montante de R\$ 60,9 milhões, crescimento de 27,5% sobre as receitas de serviços obtidas no exercício de 2022, que

totalizaram R\$ 47,8 milhões. As despesas administrativas cresceram 165,2% no período, decorrente de maiores investimentos em processamentos de dados e serviços técnicos especializados, passando de R\$ 11,5 milhões no exercício de 2022 para R\$ 30,5 milhões em 2023. Já as receitas financeiras regrediram e, encerraram o exercício de 2023 em R\$ 7,9 milhões, comparadas a R\$ 12,1 milhões em 2022. A soma desses efeitos fez com que a Companhia encerrasse o exercício de 2023 com lucro líquido de R\$ 29,3 milhões, queda de 20,5% sobre o lucro de R\$ 36,8 milhões registrado em 2022.
A administração da BVIA agradece aos acionistas, clientes e parceiros pela confiança depositada e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022				BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022			
(Valores expressos em milhares de Reais)				(Valores expressos em milhares de Reais)			
	Nota	31.12.2023	31.12.2022		Nota	31.12.2023	31.12.2022
ATIVO CIRCULANTE		5.855	44.412	PASSIVO CIRCULANTE		15.669	15.928
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.075	1.010	Passivos fiscais correntes	12a	2.518	2.817
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	6a	-	8.000	Outros passivos	13	13.151	13.111
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	6a	-	33.283				
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	7	3.598	200	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		121.868	210.783
Ativos tributários correntes	8	116	86	Capital social	15a	99.564	132.187
Outros ativos	9	1.066	1.833	Reservas		22.304	78.596
ATIVO NÃO CIRCULANTE		131.682	182.299				
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	6a	20.286	89.055				
Participação em empreendimentos	10	72.185	67.947				
Ativos intangíveis	11a	35.884	25.297				
Outros ativos	9	3.327	-				
TOTAL DO ATIVO		137.537	226.711	TOTAL DO PASSIVO		137.537	226.711

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022			
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)			
	Nota	Exercício/2023	Exercício/2022
Receitas de serviços		60.932	47.787
Impostos sobre serviços		(1.386)	(1.386)
LUCRO BRUTO		59.166	46.401
Outras despesas administrativas	16	(30.545)	(11.519)
Resultado de participações em controladas	10a	4.238	3.390
Despesas tributárias	12b	(2.244)	(1.745)
Outros resultados operacionais		-	346
RESULTADO ANTES DOS RESULTADOS FINANCEIROS		30.615	36.873
Receitas financeiras	6b	7.943	12.103
OUTRAS DESPESAS NÃO OPERACIONAIS		-	(2.277)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOBRE O LUCRO		38.558	46.699
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	17	(9.307)	(9.899)
Impostos correntes		(9.307)	(9.899)
LUCRO LÍQUIDO		29.251	36.800
RESULTADO POR COTAS			
Lucro básico e diluído por lote de mil cotas - R\$		386,98	486,76
Quantidade média ponderada de cotas (lote de mil)	15a	75,758	75,758

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

EVENTOS	Nota	Capital realizado	Reserva legal	Outras reservas	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31.12.2021		132.187	5.716	44.820	-	182.723
Lucro líquido do período		-	-	-	36.800	36.800
Destinações:						
Reserva legal		-	1.841	-	(1.841)	-
Dividendos		-	-	(8.740)	(8.740)	(8.740)
Reserva estatutária para expansão		-	-	26.219	(26.219)	-
Saldos em 31.12.2022		132.187	7.557	71.039	-	210.783
Mutações do período		-	1.841	26.219	-	28.060
Saldos em 31.12.2022		132.187	7.557	71.039	-	210.783
Aumento de capital		7.557	(7.557)	-	-	-
Redução de capital		(40.180)	-	-	-	(40.180)
Lucro líquido do período		-	-	-	29.251	29.251
Destinações:						
Reserva legal		-	1.463	-	(1.463)	-
Dividendos		-	-	(71.039)	(6.947)	(77.986)
Reserva estatutária para expansão		-	-	20.841	(20.841)	-
Saldos em 31.12.2023		99.564	1.463	20.841	-	121.868
Mutações do período		(32.623)	(6.094)	(50.198)	-	(88.915)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. A BVIA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES E SUAS OPERAÇÕES
A BVIA Negócios e Participações S.A. (Companhia, Entidade ou Instituição) é uma companhia de capital fechado que, tem como objetivo social, a realização de atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, relacionados com a indústria automobilística, execução de atividades de representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores no atacado e no varejo, prestação de serviços de intermediação de seguros, organização, promoção e realização de feiras e eventos, além da participação em outras sociedades nacionais ou estrangeiras, como sócia, cotista ou acionista, também em fundos de investimentos, regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, bem como investimentos em softwares e sua exploração comercial. Em 06 de novembro de 2023, foi aprovada a alteração da denominação social de BVIA - BV Investimentos Alternativos Negócios e Participações S.A. para BVIA Negócios e Participações S.A.
As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro (Conglomerado Econômico-Financeiro Votorantim), inclusive em relação ao gerenciamento de riscos. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
a) Declaração de conformidade
As Demonstrações Contábeis foram elaboradas conforme as disposições previstas na legislação societária vigente, tendo a sua base de preparação as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Segundo o CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, que estabelece as condições para sistema de apresentação de Demonstrações Consolidadas, o Banco Votorantim S.A., controlador da BVIA, foi consultado e não fez objeção quanto à não apresentação de Demonstrações Contábeis consolidadas pela BVIA.
Conforme IAS 1, as operações cujo vencimento é inferior a 12 meses estão apresentadas nestas Demonstrações Contábeis como ativo ou passivo "circulante" e as operações com vencimento superior a 12 meses são apresentadas como "não circulante", exceto os impostos diferidos (ativos e passivos) que são classificados como "não circulante".

b) Base de reconhecimento e mensuração
As compras e as vendas regulares de instrumentos financeiros são reconhecidos na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.
Os instrumentos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham expirado ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade do instrumento financeiro. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.
Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na Demonstração do resultado em Receitas/despesas financeiras no exercício em que ocorrem.
O valor justo dos ativos financeiros com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra e venda. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recém contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado dependendo do mínimo possível de informações geradas pela Administração.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação
As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

d) Estimativas contábeis e julgamentos
A elaboração das Demonstrações Contábeis requer que a Administração use de julgamentos na determinação e registro de estimativas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas regularmente.
As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela Companhia são detalhados na nota explicativa 4.

e) Autorização das demonstrações contábeis
A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria em 20 de março de 2024.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme.

a) Apuração do resultado
As receitas são reconhecidas de acordo com os conceitos estabelecidos no CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente ou CPC 48 - Instrumentos Financeiros, de acordo com a natureza de prestação de serviço ou rendimento do instrumento financeiro.
As despesas são reconhecidas nas Demonstrações Contábeis dos períodos a que se referem, seguindo o conceito das normas aplicáveis à sua natureza.
As receitas e despesas de juros decorrentes dos ativos e passivos que rendem a pagam remuneração são reconhecidas no resultado do período de acordo com os conceitos estabelecidos no CPC 48, pela taxa efetiva de juros.
Receitas de serviços provindas de contratos com clientes são reconhecidas de acordo com os princípios descritos no CPC 47, pelo valor que reflete contraprestação a que a entidade espera ter direito em troca desses produtos ou serviços. O processo de reconhecimento de receitas ocorre de acordo com as seguintes etapas:
i. Identificação do contrato;
ii. Identificação das obrigações de desempenho;
iii. Determinação do preço da transação;
iv. Alocação do preço da transação; e
v. Reconhecimento da receita.
Despesas com serviços prestados e comissões pagas são apropriadas ao longo do período em que os serviços são prestados.
Se houver um instrumento financeiro associado e as receitas provenientes das tarifas forem consideradas como parte da taxa de juros efetiva, deixam de ser reconhecidas pelo CPC 47 e passam a ser reconhecidas considerando os preceitos do CPC 48, no resultado de forma diferida pelo fluxo e prazo do instrumento financeiro.

b) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e outras aplicações, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

c) Ativos e passivos financeiros
De acordo com o CPC 48, todos os ativos e passivos financeiros, devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado. Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados sob as seguintes categorias:
i. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR);
ii. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado - designados a valor justo;
iii. Ativos financeiros mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA);
iv. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
v. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR);
vi. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado - designados a valor justo;
vii. Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.
Em relação aos ativos financeiros, a classificação contábil depende tanto da definição do Modelo de Negócios quanto do atendimento ao teste SPPI (Solely Payments of Principal and Interest - Somente Pagamento de Principal e Juros).
O teste de SPPI evidencia se os fluxos de caixa das operações são exclusivamente formados por pagamentos de principal e juros sobre o montante principal em aberto. Esta avaliação é baseada na análise de performance e nos termos do ativo financeiro. Deste modo, é necessário avaliar se os ativos financeiros incluem termos contratuais que podem afetar significativamente os fluxos de caixa contratuais futuros.
Os modelos de negócios da entidade refletem como um ativo financeiro ou grupos de ativos financeiros são gerenciados para se alcançar um objetivo de negócio. Sendo assim, a classificação dos modelos de negócios dos ativos financeiros da Companhia é feita conforme cada produto ou carteira de produtos é gerenciado, conforme requerido pelo CPC 48 e descrito a seguir:
• Modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos com o fim de receber fluxos de caixa contratuais: nesse modelo os ativos são mensurados ao custo amortizado, utilizando-se a taxa de juros efetiva; Custo amortizado: A contabilização deste método de mensuração é realizada por meio da apropriação (*accrual*) dos juros do ativo financeiro no resultado.
• Modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros: nesse modelo os ativos são mensurados ao valor justo, ganhos e perdas não realizados (exceto perda de crédito esperada, diferenças cambiais, dividendos e juros) são reconhecidos no Patrimônio Líquido; e
• Outros modelos de negócio: nesse modelo são classificados os ativos que não estejam enquadrados em nenhum dos modelos descritos anteriormente ou que tenham sido designados a valor justo no resultado, sendo mensurados ao valor justo, ganhos e perdas são reconhecidos diretamente no resultado.
A classificação contábil seguirá o modelo de negócio atribuído, a menos que o instrumento não atenda ao teste SPPI. Os ativos financeiros que não passaram no teste não poderão ser mensurados por meio de custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes, devendo obrigatoriamente serem mensurados ao valor justo por meio do resultado (marcação a mercado no resultado).
Os ativos podem ser mensurados como custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou valor justo por meio do resultado:
• Custo amortizado: A contabilização deste método de mensuração é realizada por meio da apropriação (*accrual*) dos juros do ativo financeiro no resultado.
• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): A contabilização deste método de mensuração é realizada por meio da marcação a mercado do ativo financeiro no patrimônio líquido na rubrica "Outros resultados abrangentes".
• Valor justo por meio do resultado (VJR): A contabilização deste método de mensuração é realizada por meio da marcação a mercado do ativo financeiro no resultado.

d) Participações em empreendimentos
Registram-se como participações em empreendimentos as aquisições de ações e cotas de capital de empresas cuja expectativa de realização do ativo ocorra após o término do exercício seguinte. As participações em empreendimentos, registradas no ativo não circulante, são avaliadas mensalmente pelo método da equivalência patrimonial.

e) Ativos intangíveis
Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos *softwares* e licenças, e amortizados pelo método linear a partir da data da sua disponibilidade para uso. Os *softwares* desenvolvidos internamente, de acordo com as necessidades da Companhia, fazem parte da política de investimento para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos *softwares*, assim como das licenças de uso, consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um *software* ou licença não atinja a geração de benefícios econômicos futuros previstos pela Administração, ajusta-se o valor recuperável do ativo intangível. A Administração realiza testes de redução ao valor recuperável no mínimo anualmente para *softwares* em desenvolvimento e para *softwares* concluídos.
A amortização é calculada pelo método linear com base no prazo que o benefício é gerado, contabilizada na rubrica "Outras despesas administrativas", conforme Demonstração do Resultado. O valor residual desses ativos, quando aplicável, é revisado anualmente ou quando há alterações significativas nas premissas utilizadas.
Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são passíveis de amortização e são testados anualmente quanto ao seu valor recuperável.

f) Ativos e passivos tributários
O Imposto de Renda foi apurado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10% e a Contribuição Social foi apurada com base na alíquota de 9%, pelo regime de Lucro Presumido. O PIS (Programa Integração Social) foi apurado com base nas alíquotas de 0,65% (regime cumulativo), aplicável sobre as receitas auferidas pela Companhia, reduzida das exclusões e deduções permitidas pela legislação em vigor.
A COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) foi apurada com base na alíquota de 3% (regime cumulativo), aplicável sobre as receitas auferidas pela Companhia, reduzida das exclusões e deduções permitidas pela legislação em vigor.
O ISS (Imposto Sobre Serviços) foi apurado considerando alíquota de 2,9% sobre as receitas de serviços prestados pela Companhia.
Impostos correntes ativos e impostos correntes passivos somente são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

g) Outros ativos e outros passivos
Outros ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas e provisão para perda, quando julgada necessária. Outros passivos estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos das exclusões e deduções permitidas pela legislação em vigor.
Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são passíveis de amortização e são testados anualmente quanto ao seu valor recuperável.
(iii) detalhar que a liquidação se refere à transferência de caixa, instrumentos patrimoniais ou outros ativos e serviços à contraparte. As alterações passaram a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2023.
Não houve impactos na sua adoção inicial;

Alterações no CPC 26 - Alterações na divulgação de políticas contábeis: As alterações tem por objetivo requerer que apenas as informações sobre políticas contábeis que forem materiais sejam divulgadas, ou seja, aquelas capazes de influenciar na tomada de decisão dos usuários primários das informações contábeis, eliminando divulgações de informações que duplicam ou resumem os requerimentos normativos. As alterações passaram a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2023. A Companhia avaliou que as informações divulgadas atendem aos requisitos da norma;

Alterações no CPC 32 - As alterações visam esclarecer que a isenção para contabilização de impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias geradas no reconhecimento inicial de ativos ou passivos não se aplicam às operações de arrendamentos. As alterações passaram a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2023. Não houve impactos na sua adoção inicial;

Alterações no CPC 23 - Altera a definição de estimativa contábil, como sendo valores constantes nas demonstrações contábeis que estão sujeitos à incerteza na sua mensuração e esclarece que uma mudança em estimativa contábil decorrente de novas informações não é uma retificação de erro. As alterações passaram a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2023. Não houve impactos na sua adoção inicial.

j) Principais normas e interpretações que entrarão em vigor em períodos futuros
CPC 06 (R2) - estabelece para o arrendatário (a) isenção do reconhecimento dos arrendamentos com prazo inferior a 12 meses e de valores imateriais; (b) registro inicial do arrendamento no ativo (direito de uso do bem) e no passivo a valor presente (passivo representativo das obrigações do arrendamento relativas aos direitos de uso); e (c) apropriação das despesas de amortização dos direitos de uso do bem e dos juros do passivo financeiro representativo das obrigações do arrendamento relativas ao direito de uso, pelo prazo de utilização do bem. As alterações são efetivas a partir de 01 de janeiro de 2025 e não são esperados impactos quando da sua adoção.

4. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS CONTÁBEIS E JULGAMENTOS
Principais estimativas contábeis e julgamentos realizados no uso destas estimativas, bem como na aplicação de políticas contábeis
A elaboração de Demonstrações Contábeis exige a aplicação de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto material nas demonstrações contábeis. Em atendimento às normas aplicáveis para Pequenas e Médias Empresas (PME), a Administração aplica em base continuada e com revisão periódica estimativas que afetam os montantes apresentados em nossas demonstrações contábeis, sendo que os resultados efetivamente incorridos podem ser divergentes das estimativas. A seguir, estão descritas políticas contábeis adotadas que possuem elevado nível de julgamento e norteiam aspectos relevantes na apuração de nossas operações.
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros
As exigências de *impairment* requerem um modelo de perda de crédito esperada considerando premissas, tais como:
• Determinação de critérios para aumento ou redução significativa no risco de crédito: A partir do acompanhamento de indicadores de risco de crédito, do monitoramento contínuo da situação financeira das contrapartes e de informações públicas consegue-se determinar se houve acréscimo ou decréscimo significativo no risco de crédito.
• Prazo: Considera-se o prazo máximo de contrato como tempo de exposição ao risco de crédito quando há uma data de vencimento definida, caso contrário estima-se a vida esperada do ativo financeiro conforme período de exposição ao risco de crédito.
• Informações prospectivas: Utilização de informações de caráter forward looking, como expectativas macroeconômicas, para refletir os impactos de eventos futuros na perda esperada.
• Cenários de perda ponderados pela probabilidade. Utilização de cenários macroeconômicos imparciais e ponderados para estimar a perda esperada em um horizonte de tempo adequado.
Valor justo dos instrumentos financeiros
São aplicadas técnicas específicas de avaliação do valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos e para os quais os preços e parâmetros de mercado não estão disponíveis. Tal apuração incorpora premissas sob julgamento da Administração, a qual leva em consideração a avaliação das informações e circunstâncias de mercado.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2023	31.12.2022
Disponibilidades	1.075	1.010
Total	1.075	1.010

6. ATIVOS FINANCEIROS - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição da carteira por categoria e por tipo de papel

	31.12.2023		31.12.2022	
	Valor contábil/justo	Total	Valor contábil/justo	Total
	De 1 ano a 5 anos	Valor ao custo	De 1 ano a 5 anos	Valor ao custo
1 - Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	-	-	-	-
2 - Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	20.286	20.286	20.286	-
Certificado de Depósito Bancário	20.286	20.286	-	-
Total (1 + 2)	20.286	20.286	20.286	122.338

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	Exercício/2023	Exercício/2022
Receitas de serviços		60.932	47.787
Impostos sobre serviços		(1.386)	(1.386)
LUCRO BRUTO		59.166	46.401
Outras despesas administrativas	16	(30.545)	(11.519)
Resultado de participações em controladas	10a	4.238	3.390
Despesas tributárias	12b	(2.244)	(1.745)
Outros resultados operacionais		-	346
RESULTADO ANTES DOS RESULTADOS FINANCEIROS		30.615	36.873
Receitas financeiras	6b	7.943	12.103
OUTRAS DESPESAS NÃO OPERACIONAIS		-	(2.277)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOBRE O LUCRO		38.558	46.699
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	17	(9.307)	(9.899)
Impostos correntes		(9.307)	(9.899)
LUCRO LÍQUIDO		29.251	36.800
RESULTADO POR COTAS			
Lucro básico e diluído por lote de mil cotas - R\$		386,98	486,76
Quantidade média ponderada de cotas (lote de mil)	15a	75,758	75,758

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022			
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)			
	Exercício/2023	Exercício/2022	
Lucro líquido do período	29.251	36.800	
Outros resultados abrangentes que são ou serão reclassificados subsequentemente para o resultado:	-	-	
Resultado abrangente total	29.251	36.800	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022			
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)			
	Nota	Exercício/2023	Exercício/2022
Fluxos de caixa provenientes das atividades operacionais			
			

BVIA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
(antiga BVIA - BV Investimentos Alternativos e Gestão de Recursos S.A.)
CNPJ 12.770.190/0001-05

Alameda Tocantins, nº 75, 13º andar, Sala 1.306, Edifício West Gate - Alphaville - CEP 06455-020 - Barueri - (SP) - Brasil

★ continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

12. PASSIVOS TRIBUTÁRIOS CORRENTES

a) Passivos tributários correntes

	31.12.2023	31.12.2022
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	1.813	2.540
PIS	31	27
COFINS	144	126
ISS	139	122
CIDE	2	-
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	389	2
Total	2.518	2.817
Passivo circulante	2.518	2.817

b) Despesas tributárias

	Exercício/2023	Exercício/2022
PIS	(396)	(311)
COFINS	(1.828)	(1.434)
Outras	(20)	-
Total	(2.244)	(1.745)

13. OUTROS PASSIVOS

	31.12.2023	31.12.2022
Provisão para despesas administrativas	1.499	477
Valores a pagar - Website Meu Carro Novo	44	975
Rendas antecipadas	1.229	1.874
Valores a pagar a sociedades ligadas ¹	3.404	1.017
Dividendos a pagar	6.947	8.740
Outros	28	28
Total	13.151	13.111
Passivo circulante	13.151	13.111

¹ Contempla os efeitos do convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos celebrados com a controladora.

14. OUTRAS DESPESAS NÃO OPERACIONAIS

	Exercício/2023	Exercício/2022
Outras despesas ¹	-	(2.277)
Total	-	(2.277)

¹ Inclui reversão de receitas de atividades não associadas a atividade operacional.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O Capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 99.564 (R\$ 132.187 em 31 de dezembro de 2022), é representado por 75.758.216 ações (75.758.216 ações em 31 de dezembro de 2022), subscritas e inteiramente integralizadas, ordinárias e nominativas sem valor nominal.

Em maio de 2023, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de Capital social da BVIA no montante de R\$ 7.557, através da capitalização da reserva legal da Companhia, passando o Capital social de R\$ 132.187 para R\$ 139.744, sem emissão de novas ações. Subsequentemente, foi aprovada a redução do Capital social no montante de R\$ 40.180, passando o Capital social de R\$ 139.744 para R\$ 99.564, sem cancelamento de ações.

b) Reserva de lucros

Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do Lucro líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando, acrescida do montante das Reservas de capital, exceder 30% do Capital social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de Capital ou para compensar prejuízos.

Reserva estatutária para expansão

A Lei e o Estatuto Social facultam à Administração, no encerramento do período, propor que a parcela do lucro não destinada à Reserva legal e não distribuída, caso exista, seja destinada para "Reserva estatutária para expansão", com a finalidade de fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios. Além disso, o saldo de reserva também poderá ser utilizado para pagamento de dividendos.

c) Dividendos

Aos acionistas é assegurado dividendos mínimos obrigatórios, tanto sob a forma de dividendos quanto de juros sobre capital próprio, correspondentes a 25% do lucro líquido de cada período, deduzindo-se o montante destinado a reserva legal (lucro líquido ajustado).

Em conformidade com as Leis nº 9.249/1995 e nº 12.973/2014 e com o Estatuto Social da Companhia, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de dividendos.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia realizou as seguintes distribuições:

	Exercício/2023			
	Quantidade de cotas por lote (R\$ mil)	Data-base de cotas de mil - R\$	Data de posição acionária	Data de pagamento
Dividendos ¹	26.219	346,09	31.12.2022	11.05.2023
Dividendos ¹	44.820	591,63	30.04.2023	29.05.2023
Dividendos	6.947	91,70	31.12.2023	até 31.12.2024
Total de remuneração aos acionistas	77.986	1.029,42		

	Exercício/2022			
	Quantidade de cotas por lote (R\$ mil)	Data-base de cotas de mil - R\$	Data de posição acionária	Data de pagamento
Dividendos	8.740	115,37	31.12.2022	11.05.2023
Total de remuneração aos acionistas	8.740	115,37		

	Exercício/2023	Exercício/2022
Lucro líquido do período	29.250	36.800
Reserva legal	(1.463)	(1.841)
Base de cálculo	27.787	34.959
Dividendos	6.947	8.740
Valor proposto	6.947	8.740
% sobre a base de cálculo	25%	25%

16. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercício/2023	Exercício/2022
Aluguéis	(156)	(118)
Processamento de dados	(8.112)	(1.144)
Propaganda e publicidade	(7.649)	(4.666)
Publicações	(15)	(10)
Serviços técnicos especializados	(2.912)	(805)
Serviços do sistema financeiro	(227)	(219)
Amortização	(528)	(292)
Outras ¹	(10.946)	(4.265)
Total	(30.545)	(11.519)

¹ Contempla os efeitos do convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos celebrados com a controladora.

17. IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração das despesas de IR e CSLL

	Exercício/2023	Exercício/2022
Valores correntes	(9.307)	(9.899)
IR e CSLL no País - Corrente	(9.307)	(9.899)
Total	(9.307)	(9.899)

b) Conciliação dos encargos de IR e CSLL

	Exercício/2023	Exercício/2022
Resultado antes de impostos e contribuições sobre o lucro	38.557	46.699
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(9.307)	(9.899)
Encargo total do IR (25%) e CSLL (9%)	(13.573)	(15.877)
Outros valores	4.266	5.978

18. PARTES RELACIONADAS

As operações com partes relacionadas compreendem as empresas que compõem o Banco Votorantim, Conglomerado Banco do Brasil e a Votorantim S.A.

	31.12.2023 ¹	
	Banco	Votorantim S.A. Total

Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	1.075	1.075
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	20.286	20.286
Outros ativos	3.575	3.575
Passivos		
Outros passivos	(10.351)	(10.351)
Exercício/2023		

Resultado		
Receitas financeiras	7.944	7.944
Despesas administrativas	(2.357)	(2.357)
31.12.2022 ¹		

	Banco	Votorantim S.A. Total
--	-------	-----------------------

Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	1.010	1.010
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	122.338	1.010
Passivos		
Outros passivos	(9.757)	(9.757)
Exercício/2022		

Resultado		
Receitas financeiras	12.103	12.103
Despesas administrativas	(1.648)	(1.648)

¹ Não houve transações com as partes relacionadas Conglomerado Banco do Brasil, Votorantim S.A. e Controladas ao longo do período.

19. PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia não é parte em processos judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas.

20. GERENCIAMENTO DE RISCOS

1) Processo de gestão de riscos

O Conglomerado, do qual a Companhia é integrante, realiza a gestão do risco de crédito por intermédio da adoção de instrumentos e ferramentas que permitem a identificação, avaliação, mensuração, acompanhamento e reporte do risco incorrido em suas atividades nas principais etapas do risco de crédito, sendo elas a concessão de crédito, monitoramento de crédito e recuperação de crédito. A consolidação dos riscos abrange as exposições relevantes inerentes às linhas de negócio do Conglomerado, o qual a Companhia faz parte, agrupados principalmente nas seguintes categorias de riscos: de mercado, de liquidez, de crédito e operacional. Esta consolidação é feita através de processo estruturado que compreende o mapeamento, a apuração e a totalização dos valores em risco.

Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados às atividades diárias do Conglomerado, o qual a Companhia faz parte, através de um processo estruturado de gestão e de controle, que atribui responsabilidades funcionais às áreas envolvidas. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos.

O retorno financeiro é apurado através de processos que permitem o acompanhamento da rentabilidade gerencial das várias linhas de negócio, consistentemente com a programação orçamentária e de forma aderente aos resultados contábeis realizados.

Em síntese, o Conglomerado, o qual a Companhia faz parte, adota os seguintes fundamentos na prática da gestão integrada de riscos:

- Visão consolidada de riscos;
 - Compatibilização entre níveis de exposição a riscos, limites autorizados e retorno financeiro pretendido;
 - Segregação funcional entre áreas de negócio, controle de riscos, auditoria e processamento operacional;
 - Adoção de metodologias de cálculo de riscos em função das práticas de mercado; e
 - Envolvimento da Alta Administração.
- Em linha ao estabelecido pela Resolução nº 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional (CMN), o Conglomerado, o qual a Companhia faz parte, dispõe de estruturas e políticas institucionais para o gerenciamento do risco operacional, risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez aprovados pelo Conselho de Administração. Os princípios básicos observados na gestão e controle foram estabelecidos de acordo com a regulamentação vigente e práticas de mercado.

a) Risco de crédito

(i) Definição

Risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a:

- Não cumprimento pela contraparte (o tomador de recursos, o garantidor ou o emissor de título ou valor mobiliário adquirido), de suas obrigações nos termos pactuados;
- Desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador;
- Reestruturação de instrumentos financeiros; ou
- Custos de recuperação de exposições de ativos problemáticos.

Os estágios de enquadramento dos ativos são revistos mensalmente, a fim de capturar eventuais alterações na capacidade financeira dos clientes. Poderão ocorrer migrações de operações entre os estágios, quando a análise apontar melhora ou agravamento do risco de crédito da operação. Um ativo migrará de estágio a medida que seu risco de crédito aumentar. Se, em um período subsequente, a qualidade de um ativo financeiro melhorar ou o aumento significativo no risco de crédito anteriormente identificado for revertido, o ativo financeiro poderá voltar para estágios anteriores.

b) Risco mercado

(i) Definição

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma Instituição Financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação de fatores de risco, tais como taxas de juros, paridades cambiais, preços de ações e de *commodities*, entre outros.

Hierarquia de valor justo

O cálculo do valor justo está sujeito a uma estrutura de controle definida para garantir que os valores calculados sejam determinados por um departamento independente do tomador de risco.

O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia:

- Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- Nível 2:** inputs incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3:** premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Todos os ativos financeiros estão contabilizados pelo seu valor justo. Os certificados de depósito bancário enquadram-se no nível 2 e as debêntures no nível 3.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços que representam transações de mercado reais e ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

A melhor evidência de valor justo é o preço cotado em mercado ativo. A maioria das técnicas de avaliação emprega dados observáveis de mercado, caracterizando alto grau de confiança no valor justo estimado.

O valor justo apurado para os instrumentos financeiros classificados como Nível 1 pressupõe o apreçamento, no mínimo diário, através de cotações de preços, índices e taxas imediatamente disponíveis para transações não forçadas e oriundas de fontes independentes.

c) Risco de liquidez

(i) Definição

Risco de liquidez é definido como:

- A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

d) Risco operacional

(i) Definição

Risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Esta definição inclui o Risco Legal associado a inadequações ou deficiências em contratos firmados pela Companhia, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Companhia. Entre os eventos de risco operacional, incluem-se:

- Fraudes internas e externas;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela Companhia;
- Situações que acarretem a interrupção das atividades da Companhia;
- Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI);
- Falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades pela Companhia.

21. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento

	Passivos	Patrimônio líquido		
	Dividendos	Capital social	Reservas de capital e de lucros	Total
Saldo em 31.12.2022	8.740	132.187	78.596	219.523
Destinação de resultado ¹	-	-	22.304	22.304
Variações com efeito de caixa	79.779	(40.180)	71.039	190.998
Dividendos pagos	79.779	-	71.039	150.818
Redução de capital	-	(40.180)	-	(40.180)
Variações sem efeito de caixa	77.987	7.557	7.557	77.987
Transferências sobre reservas de lucros	-	7.557	(7.557)	-
Dividendos a pagar	77.987	-	-	77.987
Saldo em 31.12.2023	6.948	99.564	22.304	128.816
	Passivos	Patrimônio líquido		
	Dividendos	Capital social	Reservas de capital e de lucros	Total
Saldo em 31.12.2021	7.294	132.187	50.536	190.017
Recursos provenientes da destinação de resultado	-	-	28.060	28.060
Variações com efeito de caixa	(7.294)	-	-	(7.294)
Dividendos pagos	(7.294)	-	-	(7.294)
Variações sem efeito de caixa	8.740	-	-	8.740
Dividendos a pagar	8.740	-	-	8.740
Saldo em 31.12.2022	8.740	132.187	78.596	219.523

A DIRETORIA

Rodrigo Andrade de Moraes - Contador - CRC 1SP-220814/O-6

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 27/03/2024
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/03/27/BVIA1575134727032024.pdf>
Hash: 171149604158651a6786c34deb80fc19dcaa28bc78